

CADERNO DE PROVA

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

EDITAL DE CONCURSO N. TC-001/2023

COMUNICADO DE VAGAS N. TC-001/2023

ÁREA: DIREITO





CADERNO DE PROVA

Orientações Gerais:

1. Mantenha seu documento de identidade sobre a carteira.
2. A prova é composta de 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e de 15 (quinze) questões de Direito.
3. A pontuação para cada questão da prova objetiva será igual a 0,4 (zero vírgula quatro), caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial, e será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme os acertos.
4. Na folha de resposta, no local referente à marcação das respostas da prova objetiva, para cada questão, dois campos de marcação: o campo designado para preenchimento, caso o candidato julgue a assertiva VERDADEIRA, e o campo para preenchimento, caso considere a assertiva FALSA.
5. Para obter pontuação em cada questão, o candidato deverá marcar um dos campos do ambiente de marcação das respostas.
6. Só será permitida ao candidato a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
7. Não será permitida qualquer espécie de consulta durante a resolução da prova objetiva, inclusive a legislações. No caso da inobservância desta regra e das demais determinações oriundas da Comissão de Seleção de Residentes, resultará em imediata e sumária eliminação do candidato do certame.
8. O tempo total da prova (objetiva e redação) é das 14h às 17h.

PROVA DE PORTUGUÊS		
QUESTÕES	VERDADEIRO	FALSO
1 As palavras “antissocial”, “autoescola” e “micro-ondas” estão corretamente grafadas.		
2 As palavras “recém-formado”, “corrêu” e “hiperativo” estão corretamente grafadas, segundo o Novo Acordo Ortográfico.		
3 Na frase “Ela só falava de seu pesadelo diário”, “de” é uma conjunção.		
4 Na frase “Joana fez todos os relatórios solicitados”, o trecho “fez todos os relatórios solicitados” é constitui em um predicado.		
5 Na frase “O advogado sugeriu que o julgamento fosse transferido”, a palavra “advogado” é um adjetivo.		



PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
EDITAL DE CONCURSO N. TC-001/2023
COMUNICADO DE VAGAS N. TC-001/2023
ÁREA: DIREITO

6 Na frase “O candidato utilizou caneta azul embora o fiscal tenha orientado o uso de caneta preta”, o trecho “embora o fiscal tenha orientado o uso de caneta preta” é uma oração subordinada adverbial concessiva.		
7 Na frase “O professor entregou aos alunos uma cópia do material que deveria ser lido”, as palavras “aos alunos” se constituem em objeto direto.		
8 Segundo o Novo Acordo Ortográfico, as palavras “auto-estima”, “bem-estar” e “assembléia” estão corretamente grafadas.		
9 Na frase “Todos concordaram com a transferência da data de realização da prova”, a palavra “concordaram” é um advérbio.		
10 As palavras “prequestionamento”, “socioeconômico” e “má-fé” estão corretamente grafadas.		



PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
EDITAL DE CONCURSO N. TC-001/2023
COMUNICADO DE VAGAS N. TC-001/2023
ÁREA: DIREITO

PROVA DE DIREITO		
QUESTÕES	VERDADEIRO	FALSO
1 Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Santa Catarina (LC Estadual n. 202/2000), prescrevem em 3 (três) anos as pretensões punitiva e ressarcitória do TCE/SC, contados do termo inicial indicado na referida lei.		
2 As decisões dos Tribunais de Contas de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.		
3 Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n. 8.429/1993), quando da celebração de acordo de não persecução cível pelo Ministério Público, para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias.		
4 Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado ou Município, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos ou, ainda, diante da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.		
5 Nos termos da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, sendo que a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres,		



PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
EDITAL DE CONCURSO N. TC-001/2023
COMUNICADO DE VAGAS N. TC-001/2023
ÁREA: DIREITO

informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.		
6 Nos termos da Lei n. 9.784/1999, o interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis e, havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge a todos os interessados.		
7 No dever de pagamento pela Administração Pública, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, sendo que a inobservância imotivada ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.		
8 Nos termos da Lei n. 14133/2021, qualquer cidadão, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.		
9 Nos termos da Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.		
10 Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 95% (noventa e cinco por cento) do limite.		
11 São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.		



PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
EDITAL DE CONCURSO N. TC-001/2023
COMUNICADO DE VAGAS N. TC-001/2023
ÁREA: DIREITO

12 A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito.		
13 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.		
14 No que diz respeito ao processamento do Mandado de Segurança, a sentença, independentemente se concessiva ou denegatória da ordem, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição.		
15 Segundo o Código de Processo Civil, é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.		